



CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

TERMO DE REFERÊNCIA

(Elaborado conforme Resolução nº 06/2023, da Câmara Municipal de Naviraí, que "Dispõe sobre a fase preparatória das licitações e contratações diretas no âmbito da Câmara Municipal de Naviraí-MS, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021", observadas as alterações realizadas pela Resolução nº 07/2024)

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO Nº 030/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PELA FABRICANTE TOYOTA, PARA FAZER A 6ª REVISÃO NO VEÍCULO TOYOTA COROLLA XEI, 2023/2024, PLACA SLX5I63, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS.

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PELA FABRICANTE TOYOTA, PARA FAZER A 6ª REVISÃO NO VEÍCULO TOYOTA COROLLA XEI, 2023/2024, PLACA SLX5I63, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS.

1.2 Demonstramos na tabela abaixo, a descrição dos serviços a serem realizados:

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÉDIO
1	01	UN.	REVISÃO DE 60.000 PARA O TOYOTA COROLLA XEI 2023/24, PLACA SLX5I63, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: INSPECIONADOS: 1. Fluido de Arrefecimento do Motor; 2. Correia de Acionamento (Flex); 3. Fluido de Freio; 4. Eixo de Tração e Coifas; 5. Pastilhas e Discos de Freio; 6. Pedal de Freio e Freio de Estacionamento; 7. Tubos e Mangueiras de Freio;	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

			8. Volante de Direção, Articulações e Caixa de Direção; 9. Juntas Esféricas e Coifas; 10. Pneus; 11. Suspensão Dianteira e Traseira; 12. Bateria 12V; 13. Luzes Externas, Internas e Buzina; 14. Limpadores e Lavadores dos Vidros; 15. Tubos de Escapamento. SUBSTITUÍDOS: 1. Óleo do Motor; 2. Filtro de Óleo; 3. Junta do Bujão do Carter; 4. Filtro de Combustível; 5. Filtro do Ar-Condicionado; 6. Junta do Tubo de Sucção do Combustível; 7. Filtro da Bomba de Combustível.		
2	01	UN.	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 60.000 DO VEÍCULO TOYOTA, COROLLA XEI, ANO FAB.: 2023/2024. PLACA SLX5I63.	R\$ 403,80	R\$ 403,80
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 1.467,00

1.2.1 Os valores descritos acima reproduzem os apurados em orçamento estimado da contratação, conforme anexo I deste Termo de Referência.

1.2.2 O valor médio global estimado da contratação é de R\$ 1.467,00 (um mil quatrocentos e sessenta e sete reais), conforme custos especificados acima, apurados em orçamento estimado para a contratação, elaborado após realização de pesquisa de preços, nos termos da Resolução N° 05/2023, da Câmara Municipal de Naviraí - MS.

1.3 O veículo oficial, pertencente à frota da CONTRATANTE, passível de prestação dos serviços objeto da contratação é:

MARCA/MODELO	ANO/MODELO DE FABRICAÇÃO
TOYOTA COROLLA XEI, ANO/MODELO 2023/2024, PLACA SLX5I63	2023/2024

1.4 Os dados cadastrais dos veículos serão fornecidos pela CONTRATANTE.





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

1.5 O objeto desta contratação é caracterizado como bem/serviço de qualidade comum, conforme Resolução nº 003, de 03 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Naviraí, e art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem/serviço de luxo, conforme Resolução nº 003, de 03 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Naviraí.

1.7 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da data de emissão da Nota de Empenho.

1.8 O serviço é enquadrado como de prestação não continuada.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação referida na definição do objeto justifica-se pelas razões relatadas a seguir:

2.1.1 Os veículos oficiais do Órgão são utilizados pelos parlamentares no desempenho de suas atividades externas e pelos servidores em atividades correlatas às funções administrativas do Órgão. É essencial que os veículos estejam em plenas condições de funcionamento, visto que sua paralisação impacta nos serviços prestados à população.

2.1.2 Conforme constou no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA REFERENTE AO PEDIDO Nº 77, da Frota de Veículos, emitida pelo Senhor Fernando de Souza Arruda, servidor ocupante do cargo efetivo de motorista desta Casa de Leis, em 20 de maio de 2026, a presente demanda dá-se pelos seguintes motivos:

O veículo oficial Toyota Corolla XEI 2.0, ano/modelo 2023/2024, placa SLX5I63, pertencente a esta Casa de Leis, necessita da realização da sexta revisão periódica, conforme estabelecido no Manual de Garantia e Manutenção do Fabricante - Toyota.

De acordo com as especificações do referido manual, a revisão deve ser realizada até o limite de 60.000 (sessenta mil) quilômetros rodados ou (72) meses de uso, o que ocorrer primeiro. O não cumprimento das revisões nos prazos estipulados poderá acarretar perda da garantia de fábrica, especialmente do motor e demais componentes cobertos.

Atualmente, o veículo encontra-se com aproximadamente 54.900 (Cinquenta e quatro mil e novecentos) quilômetros rodados,





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

estando, portanto, dentro do período previsto para a realização das revisões periódicas. Ressalta-se que todas as revisões anteriores foram realizadas e devidamente registradas, mantendo-se a regularidade exigida pela montadora.

Para assegurar o cumprimento das exigências da fabricante, a revisão deve ser realizada exclusivamente em concessionária autorizada ou oficina credenciada pela Toyota, conforme orientação constante no manual do proprietário, cuja cópia segue anexa.

Com a finalidade de obter estimativa de custos e subsidiar o planejamento orçamentário, foi realizada cotação prévia junto à concessionária autorizada Toyota Douramotors, via whatsapp pelo contato 67 3416-4352 <https://www.douramotors.com.br>, localizada no município de Dourados/MS. Registra-se que o modelo disponível para consulta no site oficial da Toyota: <https://www.toyota.com.br/meu-toyota/servicos/revisoes-periodicas>, refere-se a veículo similar, uma vez que não consta, de forma específica, o modelo Corolla XEI. Os valores estimados, bem como a relação de peças, encontram-se detalhados em documento anexo e servirão de base para a contratação.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de contratação de empresa autorizada e especializada para a execução da sexta revisão periódica do veículo Toyota Corolla XEI 2.0, conforme orçamento prévio e especificações técnicas fornecidas pelo fabricante.

2.2 A realização periódica de revisões veiculares é medida essencial não apenas para assegurar a segurança e o bom desempenho do veículo, mas também para promover a sustentabilidade ambiental no uso da frota pública. Manutenções preventivas garantem que o veículo opere dentro dos parâmetros estabelecidos pelo fabricante, reduzindo o consumo excessivo de combustível e a emissão de poluentes atmosféricos.

2.3 Quando o veículo é mantido em condições ideais de funcionamento, o motor trabalha de forma mais eficiente, os sistemas de combustão e escape operam adequadamente e os níveis de emissão de gases nocivos, como monóxido de carbono (CO) e óxidos de nitrogênio (NOx), são mantidos dentro dos limites aceitáveis. Além disso, revisões periódicas contribuem para o uso mais racional de recursos naturais, evitando trocas desnecessárias de peças e prolongando a vida útil dos componentes automotivos.

2.4 A manutenção regular da frota oficial da Câmara Municipal está alinhada aos princípios da administração pública previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, sustentabilidade e responsabilidade com os impactos ambientais das atividades estatais.





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

2.5 Dessa forma, a realização da manutenção periódica do veículo oficial atende diretamente ao interesse público, na medida em que assegura a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal. Veículos em boas condições de uso garantem maior segurança aos agentes públicos, evitam interrupções nas atividades institucionais e reduzem gastos com reparos emergenciais e deslocamentos não planejados. Além disso, ao preservar o patrimônio público e otimizar os recursos disponíveis, a administração pública cumpre seu dever de zelar pelo uso eficiente e responsável dos bens adquiridos com recursos públicos, promovendo a economicidade e a boa governança.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 Trata-se da realização da 6ª revisão periódica programada do veículo oficial Toyota Corolla XEI 2.0, ano/modelo 2023/2024, placa SLX5I63, integrante da frota da Câmara Municipal de Naviraí-MS. Esta revisão é indispensável para a manutenção da garantia de fábrica, conforme o plano de manutenção preventiva estipulado pela fabricante Toyota.

3.2 Diante das necessidades apontadas, a solução proposta é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PELA FABRICANTE TOYOTA, PARA FAZER A 6ª REVISÃO NO VEÍCULO TOYOTA COROLLA XEI, 2023/2024, PLACA SLX5I63, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS**, que contemple:

ITEM	QTD.	UNID	ESPECIFICAÇÃO
1	01	UN.	REVISÃO DE 60.000 PARA O TOYOTA COROLLA XEI 2023/24, PLACA SLX5I63, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: INSPECIONADOS: 1. Fluido de Arrefecimento do Motor; 2. Correia de Acionamento (Flex); 3. Fluido de Freio; 4. Eixo de Tração e Coifas; 5. Pastilhas e Discos de Freio; 6. Pedal de Freio e Freio de Estacionamento; 7. Tubos e Mangueiras de Freio; 8. Volante de Direção, Articulações e Caixa de Direção; 9. Juntas Esféricas e Coifas; 10. Pneus; 11. Suspensão Dianteira e Traseira; 12. Bateria 12V; 13. Luzes Externas, Internas e Buzina; 14. Limpadores e Lavadores dos Vidros; 15. Tubos de Escapamento. SUBSTITUÍDOS: 1. Óleo do Motor;





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

			2. Filtro de Óleo; 3. Junta do Bujão do Câter; 4. Filtro de Combustível; 5. Filtro do Ar-Condicionado; 6. Junta do Tubo de Sucção do Combustível; 7. Filtro da Bomba de Combustível.
2	01	UN.	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 60.000 DO VEÍCULO TOYOTA, COROLLA XEI, ANO FAB.: 2023/2024. PLACA SLX5I63.

3.3 Os serviços a serem executados abrangem a manutenção preventiva e, se necessário, corretiva, nos termos exigidos pelo manual do fabricante, contemplando:

- * Mão de obra especializada para execução dos serviços de revisão;
- * Fornecimento e aplicação de peças genuínas Toyota, bem como de materiais específicos recomendados pela montadora;
- * Conservação, ajustes técnicos e eventuais reparos que se façam necessários durante a execução da revisão, conforme os padrões técnicos estabelecidos pela Toyota.

3.4 Tais serviços devem ser realizados exclusivamente por empresa autorizada pela fabricante, a fim de não comprometer a garantia de fábrica do veículo, conforme as condições contratuais da garantia automotiva.

3.5 A prestação dos serviços deverá atender **integralmente às especificações da montadora**, conforme consta no manual de manutenção do veículo, garantindo, assim, a **preservação da garantia de fábrica, a segurança operacional do automóvel e o cumprimento das obrigações legais quanto à conservação do patrimônio público**.

3.6 O prazo de execução dos serviços será de até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do recebimento da ordem de serviço assinada, em remessa única.

3.6.1 A execução dos serviços deverá ser realizada em dias úteis, conforme data e horário previamente agendados entre a Contratada e o servidor representante da Contratante.

3.6.2 Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (dia) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 A contratante assume o compromisso em utilizar de rotinas mais aceitáveis visando a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.1.2 Indicação de marcas ou modelos:

4.1.2.1 Na presente contratação não será necessária a indicação de marca ou modelo, visto que trata-se de um serviço revisão veicular.

4.1.3 Da exigência de amostra:

4.1.3.1 Não se aplica.

4.1.4 Da vedação de contratação de marca/produto:

4.1.4.1 Não se aplica.

4.1.5 Da exigência de carta de solidariedade:

4.1.5.1 Não se aplica.

4.1.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.8 A empresa contratada deve estar em situação jurídica, fiscal, social e trabalhista regular.

4.1.9 A empresa deverá prestar os serviços cotados com as características exigidas no Termo de Referência e de acordo com a legislação pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvando as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.

4.1.10 A empresa deverá prestar serviços de boa qualidade, nas quantidades e prazos estipulados, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso entregue produtos/serviços de má qualidade.

4.1.11 A empresa deverá realizar a entrega das notas fiscais eletrônicas dos produtos fornecidos/serviços prestados, contendo





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

os dados do respectivo processo, sempre acompanhadas das respectivas ordens de fornecimento/serviço e certidões que comprovem a regularidade fiscal, social e trabalhista.

4.1.12 A empresa contratada deverá fornecer todo material necessário à revisão e dispor de todas as ferramentas e equipamentos necessários ao tipo de serviço a ser realizado.

4.1.13 A contratada deverá garantir, no mínimo, para as peças fornecidas, 90 (noventa) dias ou, se maior, a periodicidade determinada pelo fabricante.

4.1.14 A vencedora deverá dispor de local apropriado para guarda e conservação dos veículos, com instalações adequadas, cobertas e com medidas compatíveis de segurança, ficando em abrigo do sol e da chuva em tempo integral, enquanto estiverem sob a responsabilidade da empresa.

4.1.15 A contratada deverá assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, estacionamentos, taxas, etc.), seja qual for, desde que praticada por seus empregados e ocorrer quando o veículo estiver sob a responsabilidade da empresa.

4.1.16 A vencedora deverá arcar com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença do fiscal do contrato/processo, caso seja solicitado pela instituição.

4.1.17 As peças substituídas deverão ser apresentadas ao fiscal ou encarregado da contratante, quando da finalização dos serviços, tratando-se de medida cautelar de que realmente houve a troca do item.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 O prazo de execução dos serviços é de até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço assinada, em remessa única.

5.1.2 A execução dos serviços deverá ser realizada em dias úteis conforme data e horário previamente agendados entre a Contratada e o servidor representante da Contratante.

5.1.3 Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

força maior.

5.1.4 A execução dos serviços poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5 O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do serviço.

5.1.6 O pagamento será efetuado por serviços efetivamente prestados, mediante apresentação do documento fiscal contendo os dados do respectivo processo, sempre acompanhadas das cópias das respectivas Ordem de Fornecimento/Serviço e certidões que comprovem a regularidade fiscal, social e trabalhista.

5.1.6.1 O pagamento ocorrerá conforme critérios e prazos estipulados em tópico específico do presente Termo.

6 CRITÉRIOS E PRAZOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado por serviços efetivamente prestados, mediante emissão da Nota Fiscal, contendo os dados do respectivo processo, sempre acompanhadas das cópias das respectivas Ordem de Fornecimento/Serviço e certidões que comprovem a regularidade fiscal, social e trabalhista.

6.2 A Câmara Municipal de Naviraí efetuará o pagamento por meio de Boleto Bancário, PIX (desde que a Chave cadastrada seja o CNPJ da empresa), ou Depósito Bancário, sendo este exclusivamente em agências da Caixa Econômica Federal, ou também em agências do Banco do Brasil (as contas devem estar registradas no CNPJ da empresa), no prazo de até 30 (trinta) dias após a execução do serviço, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, observando o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.

6.2.1 No caso de pagamento através de boleto, o mesmo deverá ser emitido com prazo de 30 (trinta) dias.

6.3 Na hipótese do dia do pagamento coincidir com feriado bancário, o mesmo será realizado no primeiro dia útil seguinte, não existindo qualquer compensação financeira neste período.

6.4 A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal Eletrônica informações sobre o produto/serviço, o número da Licitação, do Processo e dos dados bancários para depósito, se for





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

o caso.

6.4.1 Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura correspondente para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.5 A CONTRATADA deverá arcar com o recolhimento de todos os tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, devidos em decorrência do objeto do presente processo licitatório, devendo destacar as retenções tributárias devidas em suas Notas Fiscais ou entregar documentação comprobatória da não necessidade de retenção do(s) tributo(s).

6.6 O descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA facultará a Câmara Municipal a retenção dos pagamentos previstos até a regularização da situação, não se aplicando qualquer índice de correção monetária aos valores retidos.

6.7 Em nenhuma hipótese ocorrerá a antecipação de pagamento para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

6.8 Os pagamentos somente serão realizados após a comprovação da manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

6.9 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto houver pendências que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.10 O preço contratado será fixo e irrevogável, como regra.

6.10.1 Caso a CONTRATADA deseje solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, em face de variação nos preços, deverá solicitar formalmente à Câmara Municipal, de forma justificada e devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, para apreciação pelo Órgão.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA de licitação, preferencialmente precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

8 MODALIDADE DE LICITAÇÃO

8.1 A contratação será realizada por meio de DISPENSA de licitação, uma vez que tal contratação atende os requisitos do





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, desconsiderando-se o § 1º e aplicando-se as regras do § 7º, do referido artigo.

9 PARÂMETROS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO

9.1 Não se aplica, considerando que os parâmetros de avaliação de propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, e não melhor técnica ou de técnica e preço.

10 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

10.1 A Empresa participante deverá ser legalmente autorizada da fabricante do veículo objeto da revisão, para realização dos serviços.

11 REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 Conforme o art. 5º da Resolução nº 04, de 08 de abril de 2024, da Câmara Municipal de Naviraí, nas contratações diretas para entrega imediata, bem como naquelas com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, poderá ser dispensada parcialmente a documentação de habilitação, desse modo a documentação ora exigida leva em consideração a natureza do objeto da contratação e os termos da referida resolução.

11.1.1 Considerando o valor estimado para a contratação, dispensa-se a exigência dos documentos relativos à qualificação econômico-financeira.

11.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.2.1 Os requisitos para a habilitação jurídica serão exigidos em conformidade com a natureza do CONTRATADO, conforme abaixo:

11.2.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.3 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

11.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.3.2 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante a apresentação da certidão de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, abrangendo as contribuições sociais (INSS).

11.3.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

11.3.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

11.3.5 Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

11.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, as quais terão o prazo de 5(cinco) dias úteis para a regularização da documentação.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR

12.1 O valor médio total estimado para a contratação é de **R\$ 1.467,00 (um mil quatrocentos e sessenta e sete reais), apurado após realização de pesquisa de mercado**, conforme Mapa Comparativo de Preços (ANEXO I) e Memórias de Cálculo (ANEXO II).

12.2 Para formação do preço médio foram utilizados os parâmetros, métodos e cálculos previstos na Resolução Nº 05/2023, da Câmara Municipal de Naviraí, que "DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO AMBITO DA CÂMARA





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021.”

13 ADOÇÃO DE ORÇAMENTO SIGILIOSO

13.1 Não foi adotado orçamento sigiloso para a presente contratação.

14 PRAZO DE VALIDADE E CONDIÇÕES DE PROPOSTA

14.1 O prazo de validade das cotações apresentadas para fins de formação de orçamento estimativo será de 180 (cento e oitenta) dias.

14.2 O prazo de validade das propostas apresentadas quando da realização da DISPENSA será de 90 (noventa) dias.

15 PRAZO DO CONTRATO

15.1 O contrato será substituído por nota de empenho de despesa e posterior emissão de ordem de execução do serviço, nos termos do art. 12, da Resolução nº 04, de 08 de abril de 2024, da Câmara Municipal de Naviraí e art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.1 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Nota de Empenho.

16 PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 Não se amplia em virtude da substituição do contrato por nota de empenho de despesa e posterior emissão de ordem de execução de serviço, nos termos do art. 12 da Resolução nº 04, de 08 de abril de 2024, da Câmara Municipal de Naviraí e art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Por analogia, previamente à utilização de instrumento equivalente, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, e será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

consignadas no edital ou do instrumento equivalente, que deverão ser mantidas também durante a vigência da contratação.

16.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e dos integrantes do Quadro de Sócios e Administradores.

17 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1 Constituem obrigações da Contratada:

17.1.1 Prestar os serviços contratados com características exigidas no Termo de Referência e de acordo com a legislação pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressaltando as hipóteses de expressa anuência por parte da contratante.

17.1.2 Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da contratante, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis subcontratadas ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo até a entrega do mesmo à contratante.

17.1.3 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças, componentes, acessórios fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do Contrato/finalização do processo.

17.1.4 Executar fielmente dentro das melhores normas técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e aprovados pela contratante.

17.1.5 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações, se obriga prontamente a atender.

17.1.6 Entregar o veículo logo após a conclusão dos serviços.

17.1.7 Não aplicar materiais e serviços sem prévia autorização da CONTRATANTE.

17.2 Constituem obrigações da Contratante:

17.2.1 Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

cumprir com suas obrigações dentro das normas e condições legais e as contidas neste Termo de Referência.

17.2.2 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a entrega dos serviços objeto desta cotação.

17.2.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.

17.2.4 Fornecer à contratada, após a lavratura do contrato/ou instrumento equivalente, o cadastro completo dos veículos contendo todos os dados necessários à execução do objeto contratado, bem como toda e qualquer alteração referente à frota durante a vigência contratual.

17.2.5 O Fiscal do Contrato/Processo será designado ao funcionário ocupante do cargo de Motorista.

17.2.6 Conferir e atestar as notas fiscais (fatura) encaminhando-as para o setor de Contabilidade.

17.2.7 Notificar o representante da empresa ocorrência de eventuais imperfeições relacionadas ao serviço contratado, estipulando prazo para sua correção.

17.2.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

17.2.9 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

18 PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não é admitida a subcontratação do objeto.

19 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

19.1 O contrato/ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

19.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

19.6 A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato/processo, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

19.7 O fiscal técnico do contrato/processo acompanhará a execução do contrato/processo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato/processo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

19.7.1 O fiscal técnico do contrato/processo anotará no histórico de gerenciamento do contrato/processo todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/processo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato/processo emitirá notificações para a correção da execução do contrato/processo, determinando prazo para a correção.

19.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato/processo comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/processo.

19.7.5 O fiscal técnico deverá acompanhar as entregas dos bens/execução dos serviços, assim como, conferir e atestar as notas fiscais expedidas.

19.7.6 O Fiscalização Técnica do Contrato/processo deverá ser





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

atribuída preferencialmente servidor autor da solicitação de demanda que deu origem ao objeto da presente contratação, o senhor Fernando de Souza Arruda, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista.

GESTOR DO CONTRATO/PROCESSO

19.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais o gestor do contrato/processo atuará tempestivamente na solução do problema.

19.9 O gestor do contrato/processo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

19.10 O gestor do contrato/processo coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/processo, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/processo, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato/processo para fins de atendimento da finalidade da administração.

19.11 O gestor do contrato/processo acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato/processo, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/processo e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

19.12 O gestor do contrato/processo acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

19.13 O gestor do contrato/processo emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

19.14 O gestor do contrato/processo tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

19.15 O gestor do contrato/processo deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19.16 O gestor do contrato/processo deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contrato/processos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato/processo.

19.17 O gestor do contrato/processo deverá conferir e atestar as notas fiscais expedidas.

19.18 A gestão do contrato/processo deverá ser atribuída ao Servidor ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Licitações e Contrato/processo, o senhor Sidnei Vieira do Carmo.

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato/processo;

II - der causa à inexecução parcial do contrato/processo que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato/processo;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato/processo;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato/processo;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

parcial do contrato/processo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "II", "III" e "IV" do subitem acima deste Contrato/processo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos "V", "VI", "VII" e "VIII" do subitem acima deste Contrato/processo, bem como nos incisos "II", "III" e "IV", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Multa, estabelecida nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, conforme previsão contratual.

20.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato/processo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art.156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4 Todas as sanções previstas neste Contrato/processo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

20.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I- a natureza e a gravidade da infração cometida;

II- as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- os danos que dela provierem para o Contratante;

V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas.

20.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contrato/processos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato/processo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser





CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato/processo ou de outros contratos/processos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Lei.

21 DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

21.1 Não há condições referentes a Direitos autorais e propriedade intelectual, bem como sigilo e segurança dos dados na presente contratação.

22 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Naviraí, enquadrados nas seguintes dotações orçamentárias:

2 - PODER LEGISLATIVO

02.001 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031.0101.2.133 - Operacionalização das Atividades Administrativas

3.3.90.30.00.0000 - Material de Consumo.

3.3.90.30.39.0000 - Material para Manutenção de Veículos: Item 1;

3.3.90.39.00.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

3.3.90.39.19.0000 - Manutenção e Conservação de Veículos: Item 2.

23 DEMAIS CONDIÇÕES

23.1 Não há condições adicionais a serem observadas na presente contratação.

24 RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

24.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Talitha Angélica de Oliveira Angelotto Zanin, Membro da Equipe de Planejamento Permanente, Membro da Equipe de Planejamento Permanente, instituída através da Portaria nº 085/2025, publicada na ASSOMASUL, no dia 10/03/2025.

Naviraí-MS, 08 de junho de 2026.

Assinado por:

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ
Talitha Angélica de Oliveira Angelotto Zanin
046.620.569-42



08/06/2026 09:19:05



Portaria N°139/2025
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://navirai oxy elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: 46f8d8365-42bd-4651-a020-6dda224582d - Página 21/23

Talitha Angélica de Oliveira Angelotto Zanin
Membro da Equipe de Planejamento Permanente



CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

ANEXO I- DO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO Nº 030/2026

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS APÓS APLICAÇÃO DAS FORMULAS DEVIDAS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA PELA FABRICANTE TOYOTA, PARA FAZER A 6ª REVISÃO NO VEÍCULO TOYOTA COROLLA XEI, 2023/2024, PLACA SLX5I63, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ-MS.

ITEM	QT	UN	ESPECIFICAÇÃO	RAMIRES MOTORS LTDA		DOURAMOTORS VEÍCULOS LTDA		NOMA VEÍCULOS AUTOMOTORES		PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO REFERENCIAL TOTAL (MÉDIA ORÇAMENTAL MEDIANA)
				19.921.554/0001-50		02.199.684/0002-09		07.132.230/0001-53			
				PREÇO 1 = P1		PREÇO 2 = P2		PREÇO 2 = P2			
				PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL		
1	1		REVISÃO DE 60.000 PARA O TOYOTA COROLLA XEI 2023/24, PLACA SLX5I63, COM AS SEGUINTESS ESPECIFICAÇÕES: INSPECIONADOS: 1. FLUIDO DE ARREFECIMENTO DO MOTOR; 2. CORREIA DE ACIONAMENTO (FLEX); 3. FLUIDO DE FREIO; 4. EIXO DE TRAÇÃO E COIFAS; 5. PASTILHAS E DISCOS DE FREIO; 6. PEDAL DE FREIO E FREIO DE ESTACIONAMENTO; 7. TUBOS E MANGUEIRAS DE FREIO; 8. VOLANTE DE DIREÇÃO, ARTICULAÇÕES E CAIXA DE DIREÇÃO; 9. JUNTAS ESFÉRICAS E COIFAS; 10. PNEUS; 11. SUSPENSÃO DIANTEIRA E TRASEIRA; 12. BATERIA 12V; 13. LUZES EXTERNAS, INTERNAS E BUZINA; 14. LIMPADORES E LAVADORES DOS VIDROS; 15. TUBOS DE ESCAPAMENTO. SUBSTITUÍDOS: 1. ÓLEO DO MOTOR; 2. FILTRO DE ÓLEO; 3. JUNTA DO BUJÃO DO CARTER; 4. FILTRO DE COMBUSTÍVEL; 5. FILTRO DO AR-CONDICIONADO; 6. JUNTA DO TUBO DE SUÇÃO DO COMBUSTÍVEL; 7. FILTRO DA BOMBA DE COMBUSTÍVEL.	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20	R\$ 1.063,20
2	1		SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE 60.000 DO VEÍCULO TOYOTA, COROLLA XEI, ANO FAB.: 2023/2024. PLACA SLX5I63.	R\$ 403,80	R\$ 403,80	R\$ 403,80	R\$ 403,80	R\$ 403,80	R\$ 403,80	R\$ 403,80	R\$ 403,80
				VALOR TOTAL	R\$ 1.467,00	VALOR TOTAL	R\$ 1.467,00	VALOR TOTAL	R\$ 1.467,00	VALOR MÉDIO GLOBAL	R\$ 1.467,00
			PREÇO VÁLIDO								
			PREÇO INEXQUÍVEL								
			PREÇO EXCESSIVO								

EU, PAULA CARVALHO, PRESIDENTE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE, RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE ORÇAMENTO ESTIMADO, DECLARO A COMPATIBILIDADE DOS PREÇOS DE REFERENCIAIS COM OS PARÂMETROS DE MERCADO.

NAVIRAÍ, 01 DE JUNHO DE 2026



46168365-4264-4651-a020-60dab224582d - Página 22/23
Verifique pelo QR Code ou pelo link https://naviraixei.eleitech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade



CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EQUIPE DE PLANEJAMENTO PERMANENTE

ANEXO II- DO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO Nº 030/2026

MEMÓRIAS DE CÁLCULO

FÓRMULAS PARA FORMAÇÃO DE PREÇOS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 05/2023, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, EM ATENDIMENTO À LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

I - MÉDIA ARITMÉTICA

COTAÇÕES

P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20
1.467,00	1.467,00	1.467,00																	
1.467,00																			

II.a - EXCLUSÃO DOS PREÇOS EXCESSIVAMENTE ELEVADOS

P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20
100,00%	100,00%	100,00%																	
VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO																	

II.b - EXCLUSÃO DOS PREÇOS INEXEQUÍVEIS

P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20
100,00%	100,00%	100,00%																	
VÁLIDO	VÁLIDO	VÁLIDO																	

III - MÉDIA SANEADA

P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9	P10	P11	P12	P13	P14	P15	P16	P17	P18	P19	P20
1.467,00	1.467,00	1.467,00																	
1.467,00																			

IV - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DA MÉDIA SANEADA

IV.a - Desvio Padrão
0,00

IV.b - Coeficiente de Variação
0,00%

V - DEFINIÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA

CRITÉRIO DEFINIDO:

MÉDIA SANEADA

PREÇO DE REFERÊNCIA:

1.467,00

CRITÉRIO DESCARTADO:

MEDIANA

PREÇO DESCARTADO:

1.467,00

